

CIRCULARIDADES ÉTNICAS E MATRIZES HISTÓRICAS DA FESTA DE REINADO DE ITAPECERICA, MINAS GERAIS.

Melina Teixeira Souza

Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Doutoranda pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Bolsista CAPES

E-mail: melufsj@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo aborda a festa de Reinado de Itapecerica, centro-oeste de Minas Gerais, presente no lugarejo desde o século XIX. A investigação parte de entrevistas realizadas com moradores locais a respeito do Reinado, perseguindo os significados do evento em suas transformações temporais e em suas tensões político-sociais. Amparando-se em uma perspectiva comparativa em relação à extensa literatura sobre o tema, postula-se, como hipótese central, que as correlações entre a festividade e a experiência comunitária local podem ser explicadas com base em um duplice fator: a dimensão intraétnica assumida pelo Reinado em Itapecerica e a matriz histórica do culto à Virgem do Rosário. Não obstante, mesmo portando tal caráter intraétnico, a festa é apropriada de maneira radialmente diversa por seus participantes, não deixando de encenar as cortantes clivagens sociais e étnicas características da sociedade brasileira no tempo presente.

Palavras-chave: Reinado/Congado, historiografia religiosa, devoção a Nossa Senhora do Rosário, memória, tradição.

ETHNIC CIRCULARITIES AND HISTORICAL MATRICES OF THE ITAPECERICA REIGN PARTY, MINAS GERAIS

Melina Teixeira Souza

Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Doutoranda pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Bolsista CAPES

E-mail: melufsj@yahoo.com.br

Abstract

This paper discusses the Reinado festival of Itapecerica, midwest of Minas Gerais state, which takes place in the village since the nineteenth century. The study begins with interviews with local residents about the Reinado, searching for the meaning of the event in its temporal transformations and its political and social tensions. Based on a comparative perspective of the extensive literature on the subject, it is postulated, as a central hypothesis, that the correlations between the festival and the local community experience can be explained based on a dual factor: the intra-ethnic dimension assumed by the Reinado in Itapecerica and the historical formation of the devotion to Our Lady of the Rosary. Nevertheless, despite carrying such intra-ethnic character, the party is appropriated in a radially diverse manner by the participants, reflecting the sharp social and ethnic cleavages characteristic of the Brazilian society nowadays.

Keywords: Reinado/Congado, religious historiography, devotion to Our Lady of the Rosary, memory, tradition.

Os festejos de Reinado, celebrações registradas em Itapecerica, centro-oeste de Minas Gerais desde o início do século XIX, têm lugar no município no segundo final de semana de agosto, em um bairro cujo nome alude ao culto a Nossa Senhora do Rosário, o “Alto do Rosário”.¹ A persistência histórica e o protagonismo de tal festividade religiosa, imbricada ao próprio surgimento da antiga vila de São Bento do Tamanduá, por si só já suscitam curiosidade e questionamentos, sobretudo levando-se em consideração a problemática conjuntura de retenção clerical vivenciada pelo Reinado na década de 1920, com a criação da diocese de Belo Horizonte, sob o comando do bispo Dom Cabral.

A despeito do empenho eclesiástico em aniquilar o Reinado, o advento dos anos 1940 proporciona novos ventos favoráveis aos festejos. Notável incentivador da festa em Itapecerica, o capitão-mor José Gomes Filho, branco e filho de portugueses, possuía ascendência política e religiosa sobre a comunidade, tendo sido um dos principais condutores do reavivamento do Reinado na década de 1940, quando a retomada ganha contornos de uma volta triunfal, com o posterior incremento de uma encenação da Libertação da Escravatura.

Potencializados pelos folcloristas, os festejos de Reinado receberam um novo e positivo entendimento, que a condenação clerical da arquidiocese de Belo Horizonte há muito lhes havia recusado. Tal elevação, de proporções nacionais, é articulada a um contexto regional de apreensão do clero com o crescimento de outras doutrinas religiosas, dentre as quais o protestantismo e o espiritismo, além da urgente necessidade de arrecadação de fundos para o reparo do teto da Capela do Rosário. Nessa conjuntura, nada como recorrer a uma festa tão cara à comunidade, amparada em uma devoção tradicional, de grande potencial simbólico, como a da Virgem do Rosário. Desde então, os festejos destacam-se no cenário cultural da cidade, merecendo tornar-se objeto de uma investigação que evidencie seu caráter e os usos e apropriações envolvidos nas comemorações.

O reinado como tema de estudo

O propósito inicial era investigar a trajetória e representatividade do Reinado nas memórias de alguns moradores da cidade, com níveis distintos de envolvimento com a

¹ *Ata de Fundação da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos*. Itapecerica, 1818.

feira. Os depoimentos se mostraram tão impactantes e intrinsecamente imbricados aos percursos de vida dos entrevistados, que suscitaram o seguinte questionamento: quais os significados deste evento para os moradores de Itapecerica, em suas transformações temporais e em suas tensões político-sociais? A escolha das entrevistadas, Lázara das Graças Marques e Maria Augusta Teixeira dos Reis foi norteada pela proposta de análise das percepções, reminiscências e até mesmo dos sentimentos suscitados pela festa de Reinado para duas moradoras do município de Itapecerica, de perfil sócio-econômico distintos, mas que integram dois núcleos familiares envolvidos com as festividades.

Lázara, Rainha Conga em 2006, mora em uma casa simples que abriga uma extensa família afro-descendente composta por filhos, netos e sobrinhos, no bairro Bom Jesus, periferia do município. É sobrinha de Geralda Pio, figura de destaque na encenação da Abolição dos escravos por mais de 50 anos, onde representava uma negra açoitada por feitores de grandes fazendeiros, falecida no início dos anos 2000. A maioria dos membros desta família participa ativamente da festa de maneiras diferentes: dançando nos ternos² – sobretudo o Moçambique, por ser “mais de preto”³ –, atuando como reis e rainhas congos ou perpétuos e também no momento da esquete da Abolição da Escravatura. Por sua vez, Maria Augusta, já octogenária na ocasião da entrevista, é a matriarca de uma família de classe média da cidade, estabelecida e criada no bairro Alto do Rosário, mais precisamente ao lado da Praça Santa Cruz, palco principal da festa de Reinado, onde os ternos se encontram e é realizada a dramatização. Por este motivo, mesmo sem estar envolvida diretamente no Reinado, Dona Maria testemunhou o desenrolar da festa durante décadas. Ao ser questionada acerca de sua participação nos festejos, além do possível envolvimento de seus filhos e netos, Dona Maria procura destacar que apesar de não dançarem nos ternos, todos gostam de Reinado e fazem questão de assistir, “acham bonito”. Não dançam porque “não têm coragem, têm vergonha”. Assim mesmo, “todos gostam” ela ressalta.⁴

Lázara afirma que a implicação familiar no Reinado teve início com seu tataravô, possivelmente um negro cativo. O que justificaria o interesse da família pelo Reinado, o que suscitaria seu envolvimento desde criança? Segundo Lázara, uma espécie de “dom”,

² Menor agrupamento do Reinado, que reúne os “dançadores”, “brincadores” ou “soldados” da festa, também chamado de “guarda” ou “corte”.

³ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

⁴ Entrevista realizada pela autora com Sra. Maria Augusta Teixeira dos Reis, em abril de 2006.

“parece que é do sangue mesmo, um vai puxando o outro”⁵. Tratar-se-ia de uma herança familiar, passada de pai para filho? “Eu acho que passa, meus netos pequeninhos já gostam, ficam doidinhos chorando, pedindo à mãe deles para colocar eles no terno do meu irmão. [...] Meu menino já dança há um bom tempo, eu acho que é desde os dez anos. Agora ele está com vinte”⁶.

A parte mais interessante nos dois depoimentos emerge a partir da pergunta a respeito do sentimento de ambas no momento crucial do Reinado, isto é, na manhã de domingo. Ocorre então a subida conjunta dos ternos no morro da igreja do Rosário e encontro do cortejo real na Praça Santa Cruz, com a presença de reis, rainhas, príncipes e princesas – dentre elas a protagonista do dia, a jovem que representa a Princesa Isabel –, instantes que antecedem a dramatização da cena da Abolição da Escravatura.

As entrevistadas proferem a mesma frase: “sinto muita emoção”⁷. Ao serem indagadas sobre os motivos dessa reação emotiva, seguem articulando respostas semelhantes ao citarem a lembrança de entes queridos; de acordo com Lázara, “além disso, também fico lembrando dos meus que já se foram... Ah! Fico doidinha pra ir”⁸. Dona Maria Augusta, inclusive, emociona-se ao responder a pergunta, afirmando ter se recordado do jovem neto morto na década de 1990, em um acidente automobilístico: “lembro de tanta coisa boa, de momentos felizes, quando a família era mais unida, quando eram todas moças [as filhas] agora as que moram fora não podem vir, só as que moram aqui”⁹.

Ao justificar a emoção gerada pelo Reinado a partir da lembrança de entes queridos, sobretudo os ausentes, Lázara e Dona Maria estabelecem uma vinculação imediata entre os dias de realização da festa e a reunião familiar por ela ocasionada, ou seja, com a aglutinação doméstica em torno da expectativa dos cortejos, fosse por motivações religiosas, fosse apenas para assistir o desfile dos moradores da cidade transmutados em santos católicos ou em personagens do passado monárquico brasileiro.

Em alguns trechos da entrevista de Lázara pode-se notar sua preocupação em resguardar o caráter de ajuntamento familiar que identifica ela na festa. Assim, ela protesta contra o atraso constante da subida dos ternos no morro do Rosário, especialmente nas celebrações noturnas, afirmando que a demora dificulta a participação das famílias que

⁵ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

⁶ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

⁷ Entrevistas realizadas pela autora com Lázara das Graças Marques e Maria Augusta Teixeira dos Reis, ambas em abril de 2006.

⁸ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

⁹ Entrevista realizada pela autora com Maria Augusta Teixeira dos Reis, em abril de 2006.

acompanham o evento, pois, afinal, as crianças não conseguem ficar até o final da festa e, além disso, os pais “largam onde estão trabalhando e vem assistir. Chegam e não dão conta de ficar a noite inteira”¹⁰.

Emerge, então, a seguinte indagação: que motivações conduziriam duas moradoras do município, de perfis socioeconômicos distintos, residentes de bairros diferentes, de ascendências étnicas específicas, além de trajetórias biográficas diversas quanto ao seu envolvimento no Reinado, a elaborar respostas tão coincidentes ao serem questionadas acerca do sentimento provocado pela festa? Como hipótese, destacamos um duplice fator: a dimensão intraétnica assumida pelo Reinado em Itapeçerica e a matriz histórica do culto à Virgem do Rosário.

Circularidades étnicas

A primeira questão diz respeito ao vínculo entre a manutenção e vitalidade do culto a Nossa Senhora do Rosário e a atuação das confrarias de negros e pardos. Estaria a celebração condicionada pela designação de cor dos participantes, ou, nas palavras do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, seria esta uma “festa de preto”? De acordo com as entrevistas promovidas pelo antropólogo em Catalão, estado de Goiás, subsiste, sim, certa percepção de tratar-se de uma “festa de preto”, que até pouco tempo atrás praticamente não contava com componentes brancos nos ternos. Porém, os entrevistados observavam esta era uma realidade em transformação (BRANDÃO, 1985, p. 49):

Independente da origem profissional e da posição atual dos congos, uns ainda no trabalho rural, outros já engajados em atividades urbanas, há uma constatação de evidências mais unânimes. Os integrantes da Congada são parte da população proletária de Catalão. Hoje em dia, muito mais do que um ritual dominado, primeiro, por só uma categoria profissional – os escravos – (se admitirmos, como muitos, na cidade, que as formas originais de coroação de rei do Congo datam ainda de antes da Abolição) depois, por uma categoria étnica – os negros –, os dançadores do congo são também parte de uma classe social, os trabalhadores urbanos e rurais da cidade e das fazendas de perto. (BRANDÃO, 1985, p. 55).

¹⁰ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

A historiadora Marina de Mello e Souza compartilha deste pressuposto: para ela, a festa, frente às circunstâncias pós-abolição, passou a atrair gradativamente a participação de brancos e mestiços, tornando-se um “espaço de expressão de comunidades unidas mais pela condição social do que pela particularidade étnica” (SOUZA, 2002, p. 322). A própria estrutura díspare das cidades onde ocorre o evento repercute na maneira com que a festa é comemorada. Neste sentido, o trabalho de Rubens Silva é muito bem-vindo: o autor opta por realizar uma análise comparativa entre o ritual vivenciado na capital mineira, Belo Horizonte, e no município de Dores do Indaiá, na região centro-oeste do estado (SILVA, 2010).

Rubens Silva considera que a festa na capital mineira constitui-se um “nicho cultural” e “um dos traços distintivos da cultura negra” (SILVA, 2010, p. 110). De acordo com sua pesquisa, entre o grupo de congadeiros de Belo Horizonte, o lugar ritual da festividade foi historicamente demarcado na “propriedade particular dos agentes do ritual (capitães, reis ou rainhas): o *terreiro* e a casa” (SILVA, 2010, p. 118); logo, o Congado no local se sobressai por ter se desenvolvido prioritariamente em âmbito privado, restrito a indivíduos que, além de unidos pela ascendência negra, também compõem segmentos menos abastados na pirâmide social. Situação similar ocorre em Uberlândia, como relata a geógrafa Marli Kinn: a coesão dos grupos congadeiros é atestada pela pesquisadora ao descrever o processo de especulação imobiliária no município a partir da década de 1970, motivo pelo qual alguns moradores dos “quartéis”¹¹ viram-se obrigados a deslocar-se para a periferia, fazendo questão de manter, não obstante, os laços de sociabilidade com os ternos:

Um forte sentimento de pertencimento tende a eliminar as diferenças entre os que vivem próximos ao terno e os que moram em bairros distantes. O deslocamento permeia o cotidiano do grupo e indica, quase sempre, um domínio consciente do processo de mudança, pelo qual passaram e ainda estão passando. Deslocar-se pelas ruas da cidade também representa, para eles, uma devoção, ir até o quartel significa o acesso a sua comunidade, aos bens culturais, o conforto psicológico, o lazer, a educação cultural e a afirmação de sua religiosidade. (KINN, 2006, p. 55)

¹¹ De acordo com Marli Kinn, as moradias que reúnem as famílias congadeiras são denominadas “quartéis”, e abrigam geralmente os capitães dos ternos e demais familiares, filhos, pais, noras, genros, netos. São nestes domínios que têm lugar os encontros do Reinado, as reuniões para organização da festa, ensaios, confecção de roupas e instrumentos, além de funcionarem também com uma espécie de cozinha comunitária nos dias de realização dos festejos. Deste modo, os quartéis funcionam como sede para os ternos, local que reúne os preparativos rituais para o momento ápice de homenagem à Nossa Senhora do Rosário.

Assevera-se que a experiência do Reinado em Uberlândia e em Belo Horizonte tenha se sustentado primordialmente pelos vínculos de parentesco entre seus integrantes, sendo a organização das moradias componente de suma relevância para se reforçar a coesão do agrupamento. Nesses locais, pode-se afirmar, em consonância com as ponderações de Rubens Silva, que o Reinado se estabelece como um “nicho cultural”, manifestação formada predominantemente por indivíduos do mesmo segmento étnico, unidos em torno de uma maneira própria de se vivenciar o culto à Virgem do Rosário, religiosidade que, em contrapartida, contribui para a potencialização de uma identidade grupal.

Já no caso da festividade na cidade de Dolores do Indaiá, onde o “elenco dos personagens do Reinado” é considerado “mais diversificado e heterogêneo, do ponto de vista socioeconômico e étnico” (SILVA, 2010, p. 114), Rubens Silva confere destaque à “posição de classe” da Rainha Perpétua, posto vitalício, o mais realçado na hierarquia do Reinado no município, e ocupado por uma senhora de cor branca, professora de História em Belo Horizonte e esposa de um oficial da polícia militar. Segundo o pesquisador, caberia a esta rainha uma função mediadora entre o Reinado e o que denomina a “sociedade envolvente”, contribuindo para uma “maior valorização e a legitimidade do congado no seio da sociedade de Dolores” (SILVA, 2010, p. 114-115).

Além da Rainha Perpétua, existem também reis e rainhas do ano, os quais desfilam as coroas dos santos católicos homenageados no Reinado, Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. As entrevistas com os habitantes de Dolores do Indaiá sugerem que, para ocupar especialmente o cargo associado a Nossa Senhora do Rosário, é necessário que os postulantes, além de possuírem poder aquisitivo, sejam da cor branca, exigência por eles justificada em função da cor atribuída à santa, ou da associação entre estas figuras e a realeza imperial (SILVA, 2010, p. 117):

Na minha interpretação, ao “pegar a coroa” de N. Sra. do Rosário os devotos buscam, deste modo, reafirmar sua identidade religiosa, católica e evidenciar a sua diferença de status quo: eles não estariam compartilhando da mesma visão de mundo dos congadeiros; e nem se propõem a se “misturarem” com os congadeiros, ou, por eufemismo, com o “povo”. (SILVA, 2010, p. 117-118)

O município de Itapecerica aproxima-se mais da conjuntura de Dores do Indaiá do que de Belo Horizonte ou Uberlândia. Questionando organizadores, estudiosos ou mesmo simples participantes da festa, não se tem notícia de quaisquer reis ou rainhas de Nossa Senhora do Rosário negros e/ou mestiços. Deve-se também enfatizar a triagem social implícita à escolha de tais sujeitos, face aos altos custos demandados para representar a coroa da Virgem do Rosário, que vão desde gastos com as luxuosas vestimentas, com o banquete ritual e com as chamadas “jóias” (doação de recursos financeiros aos ternos), até, no caso de Dores do Indaiá, a responsabilidade de se arcar com a ornamentação do templo no dia da festa. Neste caso, para se candidatar ao posto, é necessário um investimento acessível às camadas mais proeminentes dos dois municípios. Acredita-se, então, que a coroa de Nossa Senhora do Rosário tenha se tornado um símbolo de distinção social para aqueles que a portam, devido a todo o arcabouço de exigências financeiras que cercam a figura, bem como a reafirmação da identidade católica por meio de uma devoção tradicional a Senhora do Rosário, segundo um modelo incentivado pela Igreja Católica. Parece de fato existir, entre os reis de maior expressão nas festas de Reinado, tanto no município de Dores do Indaiá como em Itapecerica, um anseio à diferenciação de status em relação aos dançadores dos ternos.

Os festejos de Reinado no município de Itapecerica desde seus registros mais antigos se caracterizam por algum nível de envolvimento da elite. Desde as crônicas da revista *O Natal*, na década de 1920, pode-se verificar uma aprovação e até entusiasmo dos colonistas, pertencentes a destacados setores intelectuais, em relação ao Reinado¹². Apregoa-se que a aceitação pelos grupos socialmente mais elevados favoreceu a “retomada” do Reinado no fim da década de 1940, que também contou com a decisiva participação do líder comunitário José Gomes Filho, filho de portugueses, sem ascendência negra e pertencente a uma camada social de destaque, já tendo se candidatado inclusive a prefeito do município.

¹² A revista *O Natal – Folha dedicada à Infância* surgiu do “Clube Infantil de Natal”, associação criada no município de Passos, Minas Gerais, entre o fim do século XIX e início do XX, por Hilarino Moraes, com o intuito de realizar comemorações para celebrar o Natal. O colunista, proveniente de Itapecerica, Bento Ernesto Júnior, especialmente, parece ter se tratado de um intelectual de importância regional no período. Algumas de suas crônicas publicadas em *O Natal* são datadas e assinadas da cidade de São João del Rei, onde Bento Ernesto Júnior ocupa o lugar de patrono da Academia de Letras do município como pode ser verificado em <<http://www.academialetrassjdelrei.org.br/patronos/index.html>>, acesso em 22 de julho de 2011. O intelectual dedicava-se, sobretudo, á escrita de poemas, contando inclusive com algumas obras lançadas, datadas do início do século XX.

A festa de consagração a Nossa Senhora do Rosário em Itapecerica possui certa especificidade se comparada às celebrações anteriormente descritas. Nela, impera uma duplicidade: existem tanto as comemorações comandadas pela Igreja, cuja data, 7 de outubro, é estabelecida de acordo com o calendário católico, como a festa de Reinado propriamente dita, celebrada no segundo final de semana do mês de agosto. A alteração da data de realização da festa indica a circularidade étnica assumida pelo Reinado em Itapecerica.

As crônicas da revista *O Natal*, no início do século XX, mencionam que naquele período o Reinado realizava-se nas proximidades do dia de Natal; no entanto, as citações sobre a festa no *Livro de Tombo* da paróquia durante o episcopado de Dom Antônio dos Santos Cabral, a partir da década de 1920, apresentam-se atreladas aos avisos de estímulo às comemorações do mês do Rosário, em outubro, salientando a ocorrência das celebrações em consonância com os preceitos da Carta Pastoral Coletiva, isto é, sem as “danças exóticas do Reinado”¹³. Suspeita-se que o duplo movimento, de estímulo ao culto do Santo Rosário e condenação diocesana do Reinado, possa ter tido como consequência a associação da festa ao mês de outubro, o que é reiterado pela data dos folhetos de convocação para a “retomada”, isto é, setembro de 1948.

No material de divulgação da volta do Reinado, a “Comissão Mineira de Folclore”, ligada ao Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) e fundada exatamente em 1948, é citada como incentivadora da festa. Consultando uma coleção particular de folhetos sobre o Reinado¹⁴, pertencente a um antigo empregado de José Gomes Filho, descobriu-se que, ao menos a partir de 1958, a festividade passou a ser realizada em agosto, data mantida até hoje. As entrevistas com os moradores justificam a ocorrência em agosto por este ser “o mês do folclore”, além de lembrarem que, desde a década de 1980, o Reinado coincide com a comemoração do “dia dos pais”, data relacionada à reunião familiar, que favoreceria a participação de pessoas residentes em outras cidades.¹⁵ Censurado pela alta hierarquia eclesiástica, mas valorizado pelos folcloristas, o Reinado encontrou neste nicho um grande suporte para justificar e exaltar sua realização, já no início da década de 1950. E desta vez não apenas como festa

¹³ APSBI [Arquivo da Paróquia de São Bento do Itapecerica], Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica. Itapecerica, 1931-1939. p. 64v.

¹⁴ A memorialista local Josyany Garcia gentilmente disponibilizou a versões digitalizada dos panfletos.

¹⁵ Entrevista realizada pela autora com Antônio Anielo D’Alessandro em abril de 2006.

religiosa de devoção tradicional, mas elevado à condição de folguedo notável por representar a cultura brasileira.

Portanto, apregoa-se que, mesmo portadora de uma dimensão intraétnica, a festa de Reinado de Itapecerica é apropriada de maneira radicalmente diversa por seus participantes. Entre a comunidade congadeira existe toda uma simbologia, um conjunto de ritos e mitos não necessariamente partilhados pelas elites católicas que encenam reis e rainhas na festa. No entanto, o substrato que move a celebração do Reinado é mesmo um culto especialmente caro aos envolvidos: a devoção à Virgem do Rosário. Faz-se necessário, então, empreender um estudo acerca das origens históricas e percursos da veneração a santa.

Matrizes histórico-devocionais: o culto à Virgem do Rosário

Foi no século XVII, graças à atuação do padre Antônio Vieira, que a devoção a Nossa Senhora do Rosário começou a difundir-se na América Portuguesa. Segundo a historiadora Célia Borges, este clérigo teria agenciado a fundação da primeira Irmandade do Rosário em terras coloniais lusitanas, mais especificamente no Maranhão (BORGES, 2005, p. 154). A historiografia que aborda as irmandades negras comprova a centralidade do culto para a incorporação dos cativos ao Novo Mundo. A experiência de fé em Nossa Senhora funcionou como uma ponte entre o universo cultural da África natal e a conversão forçada para o catolicismo. Por que então a predileção pela Virgem do Rosário como santa padroeira das irmandades dos homens de cor?

Segundo Frei Agostinho de Santa Maria foi uma imagem de Nossa Senhora resgatada de Argel que deu início ao culto, levando os negros a escolherem essa invocação, erigindo-a em padroeira. Vai além este religioso, dizendo ter sido a própria Mãe de Deus quem os escolheu “para confusão dos brancos”. [...] Temos a impressão de que a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos surgiu em Portugal de uma transformação gradativa, nascendo realmente das irmandades de brancos que já tinham a mesma invocação. É possível que, a princípio, tivessem os dominicanos atraído os elementos de cor para as associações de seus conventos e, posteriormente, se tenham estes tornado tão numerosos que acabaram criando agrupamentos autônomos. (BORGES, 2005, p. 40)

A disseminação do culto a Nossa Senhora do Rosário nas terras mineiras mostra-se simultânea à colonização da região. A realização das festas em homenagem à Virgem seguiu a rota da descoberta de metais preciosos, mais especificamente partindo das antigas Comarcas do Rio das Mortes e do Rio das Velhas e seguindo em direção às terras que hoje compõem o estado de Goiás. Afinal, a urbanização destes territórios era acompanhada do estabelecimento de um templo católico e da fundação de confrarias religiosas. O Reinado de congos caracterizou-se por se tratar de um ritual urbano, diferente das folias de reis, por exemplo, que ocorriam nas imediações de propriedades rurais. (BRANDÃO, 1985, p. 55).

O culto à Virgem do Rosário foi promovido principalmente pelas confrarias negras, que tiveram peculiar relevância na organização da vida religiosa da capitania. Tais grêmios tornaram-se a via através da qual os leigos puderam participar ativamente das atividades paroquiais, comandando a construção e ornamentação de templos, e intervindo na organização dos cultos: “o leigo na irmandade mineira se considerava a própria igreja, julgando poder intervir em quase todas as questões eclesiásticas” (SCARANO, 1978 p. 28).

Utilizando-se do estudo de Roger Bastide para o caso da Bahia (BASTIDE, 1958, *apud*: BORGES, 2005, p. 135), Célia Borges afirma que as sobrevivências das tradições religiosas africanas na região se deram por meio de estratégias que se valiam do próprio catolicismo, de suas imagens e simbologia. Para esta conquista de brechas no interior do sistema escravista, o papel das irmandades na Bahia foi diametralmente oposto daquele verificado nas Minas, haja vista que na capitania do Nordeste, as confrarias funcionaram como espaço privilegiado para a manutenção das crenças africanas:

Em Minas, o processo foi diverso. Pautou-se por um maior controle que abarcou todos os aspectos da vida da região, em particular as formas de sociabilidade, com destaque para as manifestações religiosas. [...] Frente a tais condições tornava-se difícil desenvolver um sistema organizado de práticas religiosas. As irmandades tornaram-se locus de encontro para a vivência religiosa assumindo a religião dominante e o papel principal a comandar a ressignificação das distintas tradições. (BORGES, 2005, p. 135-136)

Na capitania das Minas Gerais, no interior das irmandades sob a evocação da Senhora do Rosário, os cativos vivenciavam profundamente a experiência religiosa do Novo Mundo e não apenas a manipulavam como forma de oposição ao sistema escravista.

Tamanha foi a relevância destas confrarias no Setecentos mineiro, elas funcionaram como espaços autônomos que favoreceram processos dinâmicos de trocas culturais, traduzidos, entre outros fatores, pelas coroações dos reis. Logo, há de se pensar no próprio caráter da resistência representada pelas coroações. As análises ganham complexidade se calcadas em uma resistência poliforme, de múltiplas feições e possibilidades, que, muitas vezes, não se reduziram ao embate direto, e fizeram com que as antigas coroações de reis negros, celebrações que antecederam o atual Reinado mineiro, se configurassem como manifestações plurais, como um amálgama de densa apreensão.

A particularidade histórica do mito de origem do reinado de Itapecerica

A compreensão da matriz histórico-devocional do culto a Nossa Senhora do Rosário é adensada com a análise do mito de origem do Reinado em Itapecerica. Quem nos oferece este relato é o capitão-mor da festa na atualidade, o carcereiro Anielo D'Alessandro, filho de um dos aliados de José Gomes Filho na luta pela volta do Reinado nos anos 1940:¹⁶

Dizem as pessoas mais antigas que quando os negros vieram para cá, vendidos como animais, N. Sra do Rosário ficou com pena deles e veio para protegê-los. E que estavam tristes, pois seus filhos negros, não eram libertados. Para cá vieram e trabalharam até morrer. Se os negros reclamassem de chibatas eles apanhavam. [...] Os negros elegeram N. Sra do Rosário, pois quando, no seu sofrimento, labutando, com seu suor, banhando e fecundando o solo da nossa pátria. É por isso que todos os anos, festejamos N. Sra do Rosário. Aqui em Itapecerica, a passeata da Princesa Isabel, nos lembra a aparição de N. Sra do Rosário. Quando chega no Rosário sua alteza liberta os negros. Vê como a lenda se mistura com a história. N. Sra do Rosário estava triste, pois seus filhos sofriam. Veio a princesa branca e os negros, libertou. Pois a princesa-regente tinha muita fé com N. Sra do Rosário. Quando seu pai, o imperador estava doente obteve uma graça e seu pai recuperou a saúde. A promessa foi cumprida e no dia 13 de maio de 1888 com pena de ouro, a princesa e assinou a Lei Áurea vigorou, os negros que eram escravos, livre, para sempre ficou.¹⁷

¹⁶ Entrevista realizada pela autora com Antônio Anielo D'Alessandro em abril de 2006.

¹⁷ Acervo particular de Nathália Pimenta de Carvalho. *Os instrumentos do Reinado. Manuscritos de Antônio Anielo D'Alessandro*. 24/04/2008.

A parte mais significativa inicia-se com a transposição dos acontecimentos configurados como “lenda”, reportados à dimensão da crença, e os episódios em que a Princesa Isabel entra em cena, fatos tidos como integrantes da história do Brasil. A incorporação da cena da Abolição, em meados da década de 1960, agregou muitos componentes à festa, não obstante, a encenação não rivaliza, muito menos encobre o caráter de experiência religiosa de mediação com o sagrado. Mesmo constatando-se a centralidade da personagem Princesa Isabel para os festejos no tempo presente – de forma a favorecer uma correlação entre o Reinado e a afirmação de uma identidade nacional e/ou local – ao se recorrer aos participantes, moradores, estudiosos, enfim, todos concordam que o Reinado é, em seu sentido basilar, uma manifestação religiosa de louvor a Nossa Senhora do Rosário. E a narrativa do mito pelo capitão-mor, neste sentido, apenas corrobora tal leitura, haja vista que, nas palavras de Anielo, “a passeata da Princesa Isabel, nos lembra a aparição de N. Sra do Rosário”, ou seja, se existe a passeata protagonizada pela Princesa, é para lembrar e, também por meio dela, consagrar a Santa que se fez padroeira dos negros oprimidos.¹⁸

Assim como Carlos Rodrigues Brandão, Patrícia Costa afiança o “profundo significado religioso” do Reinado, e imputa à festividade um caráter de “estratégia de sobrevivência que ajuda os congadeiros a lidar com a pobreza e com a discriminação que os afeta”, embasando-se no momento de elevação vivenciado na prática dos compromissos rituais do Congado. A pesquisadora esclarece que tal elevação simbólica não pretende romper com a ordem social vigente, mas sim, almeja a “inserção dos congadeiros na mesma, de forma mais valorizada e respeitada”. Mas Patrícia Costa não deixa de destacar que a inversão de papéis sociais no Congado de Salitre é “momentânea e mediatizada”, ou seja, encontra-se circunscrita ao momento ritual, face às reações de desconsideração e até mesmo a alguns exemplos de discriminação social e/ou racial a que estão sujeitos os ternos congadeiros durante o séquito religioso (COSTA, 2006, p. 12-13).¹⁹

No caso de Itapeverica, a teatralização da liberdade concedida aos negros não repercute apenas neste grupo étnico:

Cena da libertação dos escravos – Foi acrescida ao Reinado por sugestão do Sr. Zé Gominho. Nela aparecem escravas trabalham: cardam, fiam, cozinham, servem café. Aparelhos de tortura e uma forca completam o

¹⁸ Entrevista realizada pela autora com Antônio Anielo D’Alessandro em abril de 2006.

¹⁹ Dentre os exemplos de desconsideração citados pela autora: imprudência de motoristas e ciclistas frente ao cortejo, indiferença e até ridicularização dos membros dos ternos por parte dos moradores da cidade.

cenário. Dois condenados à morte e um franciscano, encarregado de dar-lhes os últimos socorros espirituais, estão presentes. A Princesa Isabel se aproxima e lê a Lei Áurea. A libertação dos escravos e do enforcamento compõe o contexto ideal para os agradecimentos e vivas à Redentora. Esta é a fase do Reinado que produz maior impacto. Montanhas e casas coloniais contornam o ambiente. Tudo é feito com tanto naturalidade que traz o passado de volta. A enorme assistência, atenta e emocionada, na maioria populares e promesseiros, vindos de longe para assistir o Reinado, maravilha-se com o espetáculo. (GIFFONI, 1989, p. 39.)

Tal descrição pomposa do rito oferece elementos para se pensar que, mais que uma coesão grupal ao segmento afrodescendente em Itapeverica, a dramatização potencializa e sentencia uma chance, uma possibilidade, reencenada anualmente, de fazer valer a leitura da Lei Áurea e buscar uma libertação efetiva das amarras sociais, em uma luta constante e diária rumo a uma sociedade mais igualitária. Não obstante, a escravidão no Brasil está longe de ser uma “memória cicatrizada” (MARTINS, 2007). O depoimento de Lázara expõe suas impressões sobre a dramatização na festa, que é iniciada com a cena do flagelo da escrava, por anos representada por sua tia, Geralda Pio:

É... eu gosto, eu gosto, mais tem hora que eu num fico achando muito bom não, quando eu fico escutando as pessoas falar: “bate nessa negra, essa negra precisa agora é de apanhar”, sabe? É porque eu acho que tinha que ter respeito né? as pessoas que ficam lá ao redor, eu já escutei muitas vezes que elas ficam mandando bater na minha tia. é... aí eu fico nervosa e eu fico com medo até de responder. Porque eu acho que tem que ter respeito, porque ela esta mostrando, que aquilo ali é um tema e que não existe isso mais.²⁰

Ao se sentir incomodada com os gritos exaltados de quem assistia representação de perto, Lázara considera tal conduta sob a prerrogativa de uma “falta de respeito” para com sua velha tia, que, segundo ela, comporia a esquete do Reinado com o intuito de evidenciar que a escravidão não mais dita as regras das relações entre os diversos grupos étnicos no Brasil. Em tese, tal alocação de equiparidade racial é resguardada jurídica e moralmente, de fato. Todavia, esta conjectura não parece ser suficiente para solucionar a cortante desigualdade entre negros e brancos, e, sobretudo, o problema do racismo no país.

²⁰ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

Ora, a percepção de que tal ou qual evento deva ser comemorado, de modo que permaneça sua lembrança na memória individual e coletiva, é uma questão substantiva para as comunidades que tiram desses episódios elementos fundantes de sua identidade. A mais valia ética da cobrança da punição ou da purgação, em tese, diz respeito à realidade presente e à maneira como, nessa realidade, os agentes atuais se relacionam com o passado. Assim, como sublinha Frank Ankersmit, “comemoração expressa ou exemplifica um sentimento que possuímos, ou que se supõe que devamos possuir, com relação ao passado”. Dessa maneira, o tempo social que determina o caráter memorável de eventos e suas conseqüências para a comunidade é o presente. Pode-se dizer o mesmo para a percepção, ou o sentimento, de que determinado evento ou conjunto de acontecimentos deva ser extirpado da memória coletiva. (MARTINS, 2007, p. 02)

Destarte, se o “tempo social que determina o caráter memorável de eventos e suas conseqüências para a comunidade” é mesmo o presente, pode-se aferir que as clivagens sociais e étnicas ainda ecoam e fazem sofrer em Itapecerica. Mas, ao mesmo tempo, a releitura do mito de origem do Reinado nesta cidade, com a incorporação do esquete que simula a Abolição da Escravatura, não deixa de operar como instigação ao engendramento de uma nova história, na tessitura do intraétnico e do religioso:

Eu acho que é tipo de gente ignorante né? Porque quem não é ignorante não faz isso. se não fosse a ignorância não estava nessa, sabendo que não tem mais escravidão né? Porque todo mundo faz o que quer né? É independente. A minha mãe brigou um dia, ela estava perto de uma senhora que gritava: “mete o coro nessa negra!” Ela falou assim: “sobe lá e bate nela pra mim [risos] vai lá ver se você bate nela. Porque se você bater nela vai sair apanhada também. Porque não existe isso mais não minha filha!

Referências documentais

1. Fontes manuscritas

1.1. Acervo particular da Associação do Reinado de Itapecerica – Itapecerica/MG

Ata de Fundação da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos. Itapecerica, 1818.

1.2. Acervo particular de Nathália Pimenta de Carvalho – Itapecerica/MG

Os instrumentos do Reinado. Manuscritos de Antônio Anielo D'Alessandro. 24/04/2008.

1.3 Arquivo da Paróquia de São Bento de Itapecerica [APSBI] – Itapecerica/MG

Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento de Itapecerica. Itapecerica, 1931-1939.

2. Fontes orais

MARQUES, Lázara das Graças. Entrevistador: Melina Teixeira Souza. Itapecerica, Minas Gerais, maio de 2006. [1 fita cassete, 32 min]

D'ALESSANDRO, Antônio Anielo. Entrevistador: Melina Teixeira Souza. Itapecerica, Minas Gerais, maio de 2006. [1 fita cassete, 48 min]

REIS, Maria Augusta Teixeira dos. Entrevistador: Melina Teixeira Souza. Itapecerica, Minas Gerais, maio de 2006. [1 fita cassete, 35 min]

Referências bibliográficas

BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas irmandades do Rosário**: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Festa do Santo de Preto**. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1985.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. **As Raízes da Congada**: A renovação do presente pelos filhos do Rosário. 2006. 241 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GARCIA, Josyany de Oliveira. O grande Reinado do Rosário – Itapecerica/MG. **O Tamanduá Desaparecido**, Itapecerica, N. 1, agosto, 2012.

GIFFONI, Maria Amaral Corrêa. **Reinado do Rosário de Itapecerica**. São Paulo: Associação palas Athena do Brasil, Massa Ohno Estúdio, 1986.

KINN, Marli Graniel. **Negros congadeiros e a cidade**: costumes e tradições nos lugares e nas redes da Congada de Uberlândia- MG. 2006. 237 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

MARTINS. Estevam C. de Rezende. Tempo e memória: construção social do passado na história. **Associação Nacional de História – ANPUH**. VIV Simpósio Nacional de História. 2007.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão**: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. 2º ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SILVA, Rubens Alves. **Negros católicos ou catolicismo negro?** Um estudo sobre a construção da identidade negra no Congado mineiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**: história da festa de coração de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Recebido: 31/05/2016 – Aprovado: 31/08/2016